



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

2021



ASB

ABREVIATURAS/SIGLAS

CPR – Centro de Processamento de Resíduos
CPSA – Centro de Processamento de Subprodutos Animais
CTVRIT – Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira
CVE – Central de Valorização Energética
CVO – Central de Valorização Orgânica
DCVE – Departamento da Central de Valorização Energética
DVMAL – Departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística
HORECA – Hotelaria, Restaurantes e Cafés
LER – Lista Europeia de Resíduos
MAH – Município de Angra do Heroísmo
MPV – Município da Praia da Vitória
PCI – Poder Calorífico dos Resíduos
RAA – Região Autónoma dos Açores
RCD – Resíduos de Construção e Demolição
RU – Resíduos Urbanos
SGRU – Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos
SIGRES - Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens
SPOA – Subprodutos de Origem Animal





Mensagem do Conselho de Administração,

O ano de 2021, foi caracterizado pela concretização da capacidade de resiliência e adaptação da empresa e sobretudo dos colaboradores à nova realidade da convivência com a COVID-19. Cientes da importância da nossa atividade para a saúde dos Municípios, a principal estratégia de resposta pandémica da Teramb, EM, foi a contínua prestação de um serviço público de tratamento e valorização de resíduos de qualidade, sem nunca pôr em risco a segurança e a saúde dos colaboradores.

Ao nível da atividade desenvolvida destaca-se:

- ☒ O papel ativo na prestação de um serviço público de qualidade, garantindo o destino adequado e seguro para os resíduos últimos de sete das nove ilhas dos Açores,
- ☒ A capacidade para garantir a gestão e tratamento de resíduos ou o seu correto encaminhamento para todas as tipologias de resíduos para os quais foi solicitada a sua gestão;
- ☒ A cooperação com os Municípios e diversos operadores de gestão de resíduos e entidades gestoras de fluxo específicos, destacando-se no domínio da valorização multimaterial, o seu papel de Sistema de SGRU;
- ☒ A cooperação com o IAMA assumindo-se como o principal destino de valorização dos subprodutos de origem animal;
- ☒ A eficiência da operação da Central de Valorização Energética com resultados positivos quer ao nível do tratamento de resíduos como da venda de energia elétrica e de subprodutos;

Cumpre-nos uma palavra de agradecimento a todos os nossos parceiros, nomeadamente aos Municípios, operadores de gestão de resíduos, com quem temos procurado desenvolver parcerias, a fornecedores e prestadores de serviços e muito principalmente aos nossos Colaboradores que conosco partilham o dia-a-dia, os desafios, os problemas, as incertezas e os sucessos.

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submete-se à apreciação da Assembleia Geral o **Relatório de Gestão e Contas do ano de 2021.**

Angra do Heroísmo, 29 de março de 2022,

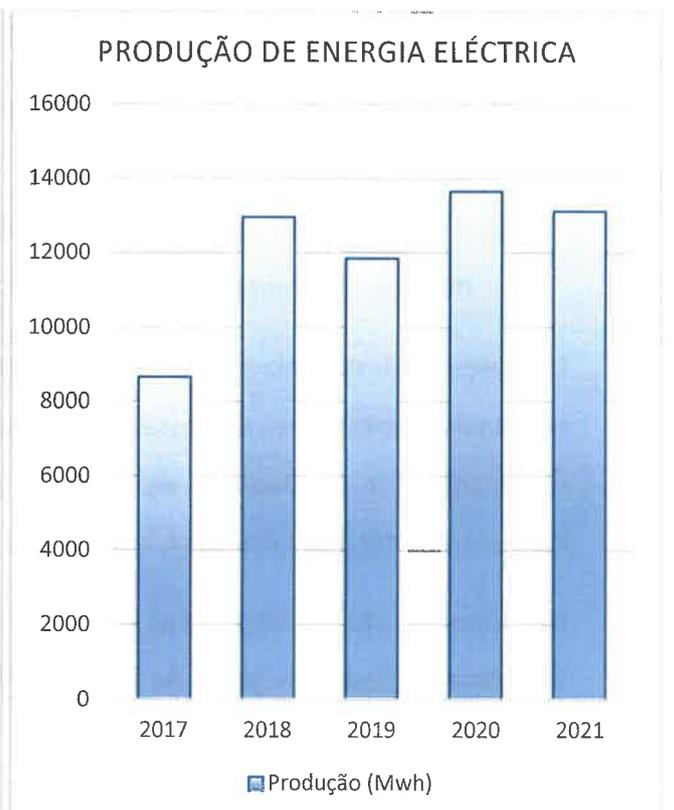
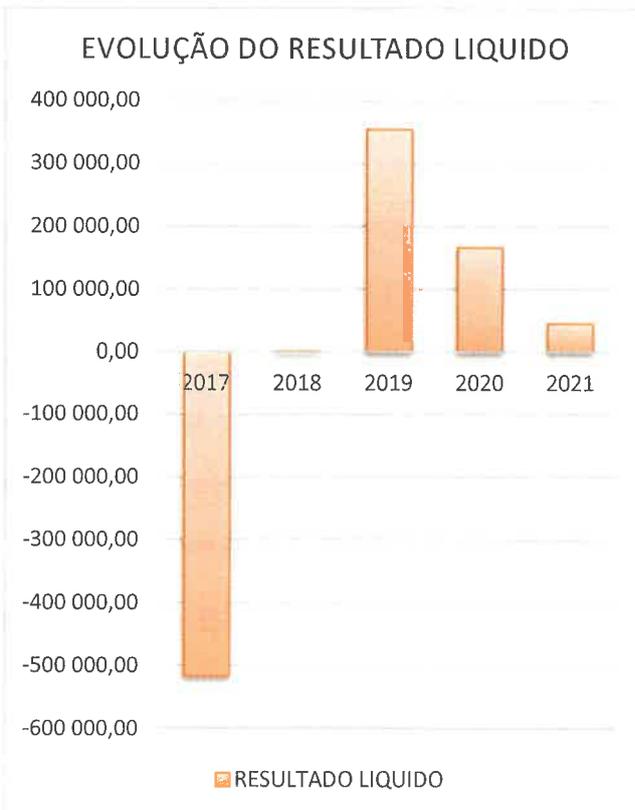
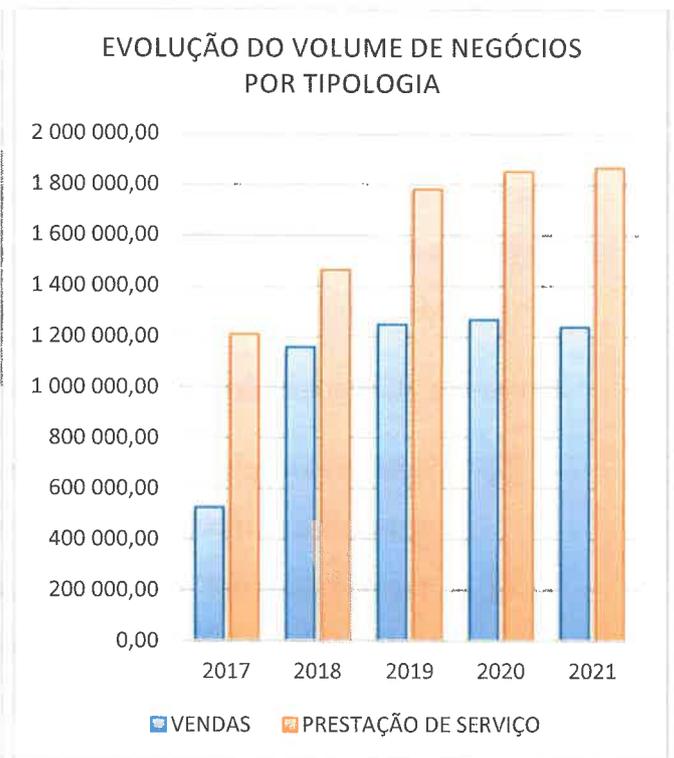
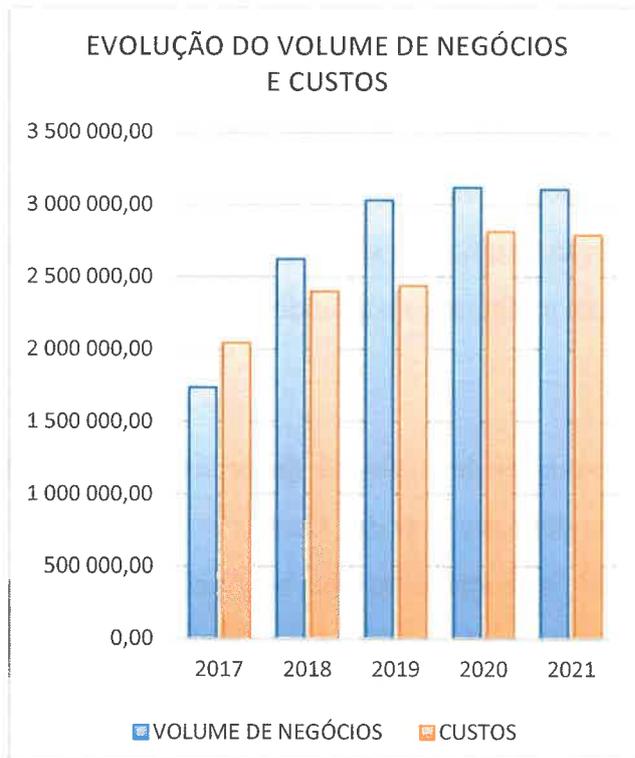
Ricky Joe Baptista

Paulo Alexandre Silva Lima

Sónia Alexandra Valadão da Silva



INDICADORES MAIS SIGNIFICATIVOS



A ATIVIDADE

A Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira apostou, como tecnologia chave, na valorização energética, permitindo dar um destino de valorização à quase totalidade de resíduos produzidos nos Açores, com exceção da ilha de São Miguel e do Pico, e que se destinariam a aterro sanitário, nomeadamente os resíduos urbanos sem possibilidade de valorização material, industriais banais e algumas tipologias de industriais perigosos, bem como os Subprodutos de Origem Animal, dando-lhes um destino técnico e ambientalmente seguro.

Contudo, acometida da enorme responsabilidade civil e ambiental e na prossecução do seu objeto social que a encarrega prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, a TERAMB desenvolveu um conjunto de projetos que contribuem para garantir a aplicação do princípio da hierarquia da gestão de resíduos. O ecocentro, A valorização orgânica dos verdes e de lamas da indústria dos lacticínios, com a produção de composto, a estação de crivagem de escórias metálicas e a estação de crivagem de escórias inertes são infraestruturas chave nesta estratégia.

No âmbito das competências atribuídas pelos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, é a entidade responsável pelo Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) da ilha Terceira, é o único interlocutor com os Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRES), tendo a responsabilidade pelo correto funcionamento do sistema na ilha e manteve a delegação de competências na recolha seletiva do município de Angra do Heroísmo.

A TERAMB é o Valorizador do Sistema Integrado Gestão de Pneus Usados e do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura na Região Autónoma dos Açores, bem como dos resíduos últimos produzidos nos centros de tratamento de resíduos de todas as ilhas com exceção do Pico e São Miguel. No âmbito do protocolo com o IAMA, é o destino final de todos os SPOAS produzidos nos matadouros dos Açores, com exceção da ilha do Pico e de São Miguel, encaminhando este último apenas os SPOAS de categoria M3.

Sempre com o desígnio de continuar a promover uma gestão sustentável de resíduos em articulação com os Municípios, entidades gestoras e operadores de gestão de resíduos a TERAMB tem trabalhado no sentido que o resíduo seja utilizado como recurso, procurando **que todo o resíduo ou subproduto gerado tenha VALOR.**



OS RESÍDUOS GERIDOS

Em **2021**, a TERAMB recebeu nas diferentes infraestruturas de tratamento e valorização da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira um total de **39.115 ton de resíduos e 8.520 toneladas de SPOAS, totalizando 47 634 toneladas** de entradas na CTVRIT, portanto um ligeiro decréscimo face a 2020. Destaca-se a não realização da atividade de mineração por se ter dado prioridade à quantidade de resíduos recebidos e destinados à valorização energética que foram em quantidade superior às necessidades.

O total de resíduos geridos, são incluídos no total rececionada na CTVRIT os quantitativos de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente e encaminhados para reciclagem

TABELA 1: QUANTIDADES DE RESÍDUOS GERIDOS ENTRE 2016 E 2021

RESÍDUOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Geridos (ton)	44.541,84	45.915,47	49.064,43	50.374,76	51.646,20	50 721,42
Recebidos CTVRIT (ton)	41.079,71	42.415,59	46.070,21	47.265,23	48.867,27	47 634,66
Urbanos (ton)	32.603,94	33.179,00	30.324,09	29.845,926	29.597,90	29 945,00
Reciclados ou Reutilizados (ton)	7.532,00	7.905,00	10.844,43	13.649,34	12.326,63	12 225,39
Mineração (ton)	10.880,00	8.884,46	8.399,55	1.111,65	3.160,00	0,00
Taxa de Reciclagem (%)	31,30	31,50	33,30	26,90	26,5	*
Capitação RU (kg/hab/dia)	1,59	1,63	1,68	1,68	1,63	*

*valores publicados pela Direção Regional do Ambiente, mas ainda não disponíveis.

A RECOLHA SELETIVA

A **Valorização Multimaterial dos Resíduos** é essencial para a preservação do ambiente através da reutilização ou transformação em detrimento da sua incineração ou deposição em aterro. Quando a produção de resíduos não pode ser minimizada privilegia-se a reutilização e reciclagem.

A TERAMB por via do contrato de gestão delegada com a CMAH mantém a recolha e transporte das embalagens provenientes dos ecopontos e estabelecimentos do setor HORECA, serviço este adjudicado a um prestador externo.

A Estação de Triagem, a cargo de operador externo, recebe todos os materiais recolhidos nos ecopontos ou no sistema porta-porta preparando os materiais recolhidos e enviando para retomadores licenciados (indústria recicladora).

Na ilha Terceira, durante o ano de 2021 foram recolhidas e entregues no centro de triagem para processamento e envio para a indústria recicladora 3086,76 toneladas de resíduos de embalagens provenientes dos circuitos de recolhas de ecopontos e porta a porta nos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, o que representou um aumento de 11% face a 2020.

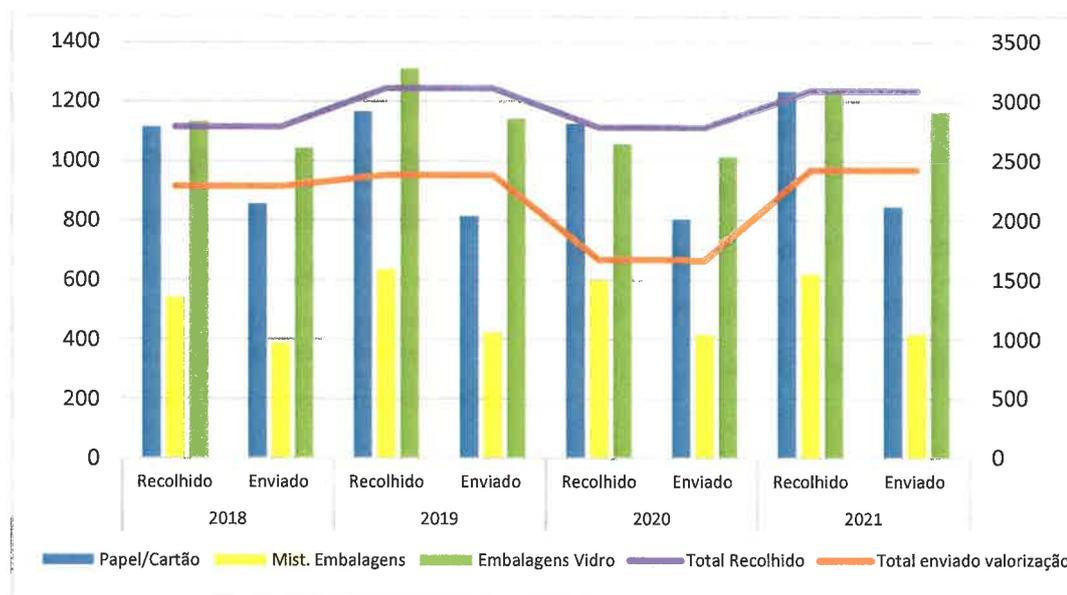


GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADE DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDAS SELETIVAMENTE E ENCAMINHADAS PARA AS ENTIDADE GESTORAS

Na figura 2 pode observar-se a evolução das quantidades recolhidas e encaminhadas destacando-se a evolução positiva tanto ao nível da recolha como do encaminhamento que se vinha verificando com a recuperação económica da crise de 2014, que foi travada em 2020, como consequência direta do surgimento da pandemia provocada pela COVID-19 e todas as restrições e condicionalismos que se impuseram a bem da proteção das pessoas. Em 2021, apesar de todos os constrangimentos que ainda marcaram o ano em termos pandémicos, verifica-se uma recuperação significativa.

A TERAMB também tem um EcoCentro no qual os munícipes podem depositar gratuitamente as suas embalagens que são reencaminhadas para a Reciclagem, bem como outras tipologias de resíduos com aptidão para valorização multimaterial. Em 2021 deram entrada no ecoCentro para valorização multimaterial 74,19 toneladas de resíduos, mais 89% do que em 2020 (Tabela 2).

A GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT POR TIPO E DESTINO

A definição do destino dos resíduos que dão entrada na CTVRIT tem sempre por base o Princípio da Hierarquia dos Resíduos, nomeadamente, privilegiar sempre a deposição de resíduos com potencial para a reciclagem no ecocentro, seguindo-se o encaminhamento para as valências de valorização, CVO, CVE, e CPSA e só em último caso deve ser encaminhar para aterro. No gráfico 2 pode observar-se a expressiva evolução das operações de valorização em detrimento do confinamento técnico e na tabela 2, em termos de quantidades absolutas e por tipologia generica de resíduo.

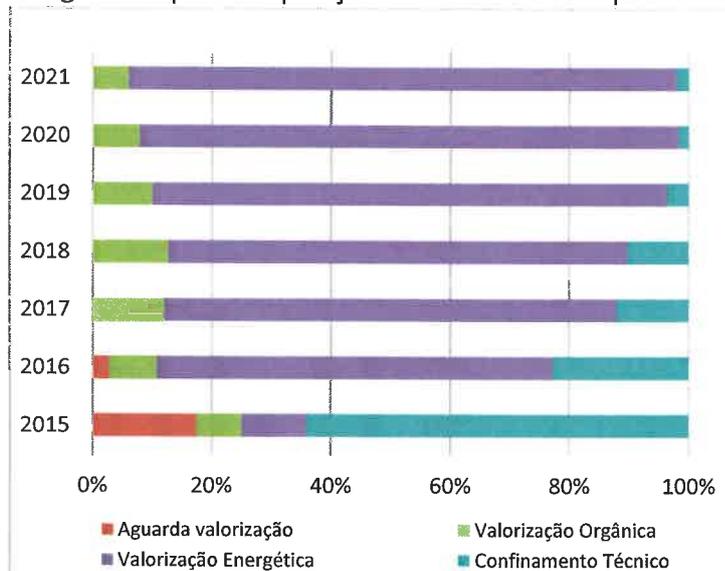


GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT

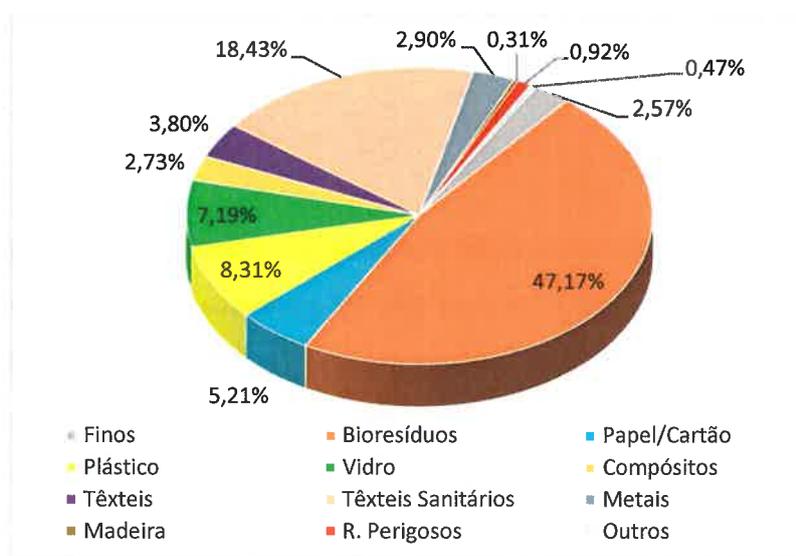
TABELA 2: QUANTIDADES DE RESÍDUOS RECEBIDOS POR TIPOLOGIA GENÉRICA E DESTINO ENTRE 2017 E 2021

RESÍDUOS	DESTINO	2017	2018	2019	2020	2021
Resíduos Urbanos indiferenciados (ton)	CVE	22.505,00	20.972,00	23.143,00	23.333,06	23.812,77
	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros resíduos urbanos	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	1,36	0,18
	CVE	0,394	0,382	324,30	538,62	565,19
	CPSA	0,00	0,00	0,00	0,50	7,90
Refugo – CPR (ton)	CVE	2.150,00	3.762,00	3.191,00	6.714,83	5.258,65
	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos Animais (ton)	CPSA/CVE	4.866,00	6.516,00	5.664,42	5.151,42	5.921,16
	CVE	0,00	0,00	973,38	2.360,26	2.733,21
	Aterro resíduos banais	1.719,00	0,915	0,20	0,00	0,00
Resíduos Industriais Perigosos (ton)	Aterro resíduos perigosos	0,040	0,018	30,69	15,99	31,04
	CVE	0,03	0,07	54,15	69,24	70,52

Resíduos Industriais Banais (ton)	Aterro resíduos banais	0,031	0,015	2,92	15,74	7,56
	CVE	0,249	0,302	3.232,73	1.507,66	1.718,80
Biodegradáveis (ton)	CVO	3.704,00	3.847,00	3.129,50	2.830,59	2.766,39
	CVE	0,000	0,000	871,71	268,72	756,35
Resíduos ETAR e esgotos	Aterro resíduos banais	1.174,00	1.427,00	347,63	62,80	160,32
	CVE	0,00	0,00	1.293,74	1.679,42	948,26
	CVO	1.379,00	2.058,00	1.626,83	1.005,07	112,58
Monstros (ton)	CVE	2.313,00	2.644,00	2.459,05	2.549,08	2.798,30
Recicláveis (ton)	Ecocentro	0,033	0,060	49,26	39,31	74,19
RCDs e terras e pedras	Aguarda valorização	1.811,00	3.098,00	868,37	723,60	751,13

A CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS

Atendendo à caracterização física média dos resíduos indiferenciados que são encaminhados para a CTVRIT, o potencial para a fração alvo de reutilização e recuperação existente é ainda significativo, representando as embalagens cerca de **20,30%** da massa de resíduos (informação recolhida na última campanha de caracterização 2021).



É necessário não só o reforço das campanhas de sensibilização como uma mudança de política para a vinculação da necessidade de separação na origem e encaminhamento para a reciclagem de embalagens que ainda continuam a ser enviados para a valorização energética, sem qualquer poder calorífico.

RECEÇÃO DE REFUGO POR ILHA

A TERAMB também recebe os resíduos últimos (refugo do tratamento mecânicos dos resíduos), bem como outras tipologias de resíduos não passíveis de valorização material ou orgânica, proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos localizados em todas as ilhas com exceção do Pico e S. Miguel, recebendo destas ilhas apenas tipologias de resíduos com obrigação de valorização energética, como a fileira dos têxteis, com início em 2021.

Em **2021** deu-se continuidade à receção de refugo provenientes de limpezas de passivo ambiental, ao abrigo do apoio excecional ao transporte marítimo pela Direção regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Esse efeito é bem visível no encaminhamento de resíduos pelo Centro da ilha de São Jorge

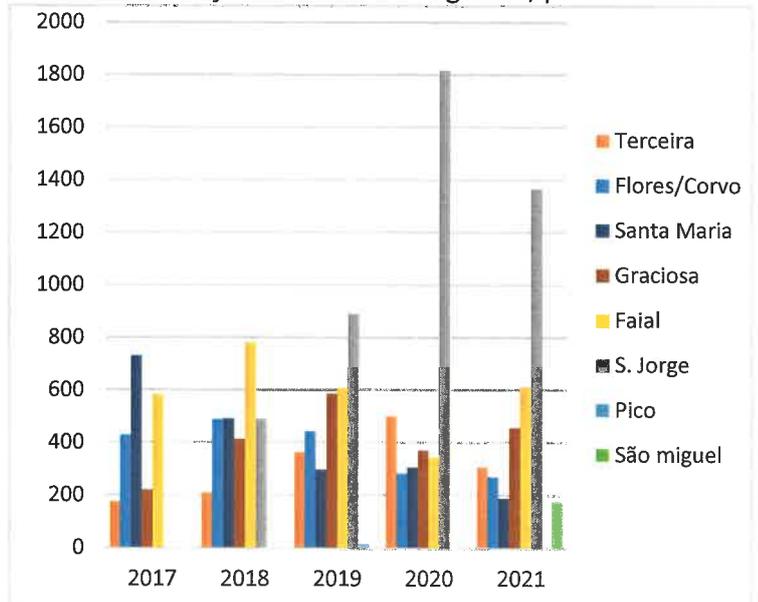


GRÁFICO 3: QUANTIDADES (EM TONELADAS) DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS POR CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS.

VALORIZAÇÃO DE FLUXOS ESPECÍFICOS

A TERAMB faz parte da rede integrante de valorizadores de pneus, sendo o destino dos pneus em fim de vida produzidos na Região Autónoma dos Açores. A operação foi contratualizada em 2019 com a entidade gestora VALORPNEU e já valorizou o total de 3.117 toneladas. Em **2021** recebeu-se 872 ton, **valorizando-se 880 Ton** (inclui stock que transitou de 2020) e ficou em stock, para o ano de 2021, 52 toneladas.

No âmbito do contrato com a Valorfito, sistema integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda, apenas foram encaminhadas 14 toneladas, o que é um valor irrisório, considerando que o contrato abrange todos os resíduos desta fileira produzidos nos Açores, havendo por isso um longo caminho a percorrer na valorização desta tipologia.



A VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

A Valorização Orgânica da fração verde e lamas agroalimentares, através da sua compostagem, constitui uma forma de valorização enquadrada dentro da hierarquia dos resíduos. A sua promoção é um dos objetivos da TERAMB, promovendo a valorização de resíduos que de outro modo constituiriam um passivo ambiental.

No âmbito dos projetos de I&D, obteve-se no final do ano 2019, em parceria com a Universidade dos Açores e Fundação Gaspar Frutuoso, a aprovação do projeto INTERREG, Mac 2014-2020, VERCOCHAR - "*Vermicompost, compost y biochar, herramientas para la adaptación al cambio climático, la prevención y mitigación de los efectos derivados de los riesgos naturales en el medio agrícola y forestal*" onde se pretende analisar a incorporação no solo de resíduos orgânicos compostados (composto e vermicompostagem).

Pretende-se a obtenção de um processo aeróbio simplificado em meio aberto com revolvimento periódico com volteadora, o mais eficaz possível.

Em 2021 deu-se continuidade ao plano de trabalhos que tem como principais objetivos:

- ☒ Melhoria do processo de compostagem de lamas e resíduos de podas e jardinagem, reduzindo o tempo de 4 meses e meio para 2 a 3 meses.
- ☒ Redução de emissões gasosas desfavoráveis (CH₄ e H₂S).
- ☒ Retoma da atividade de compostagem de forma mais estruturada.
- ☒ Composto de elevada qualidade química

Como produto final desta participação, obter-se-á um *dossier* que permite a certificação do composto e divulgação junto da comunidade e dos agricultores.

No gráfico 4 está representada a quantidade de composto produzida desde 2017.

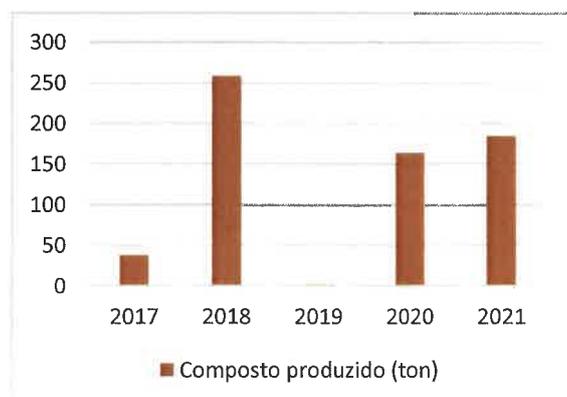


GRÁFICO 4: QUANTIDADE DE COMPOSTO PRODUZIDO POR ANO

A VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Na CVE ocorre a valorização energética dos resíduos indiferenciados. Neste processo, o calor resultante da queima controlada, por grelhas, dos resíduos a uma temperatura superior a 850°C, é convertido em energia elétrica sendo esta energia exportada para a rede pública através de uma linha de média tensão. Durante o ano de 2021, valorizou-se 97,39% dos resíduos que deram entrada na instalação, mantendo-se a receção de resíduos provenientes dos CPR, dos subprodutos animais e lamas.

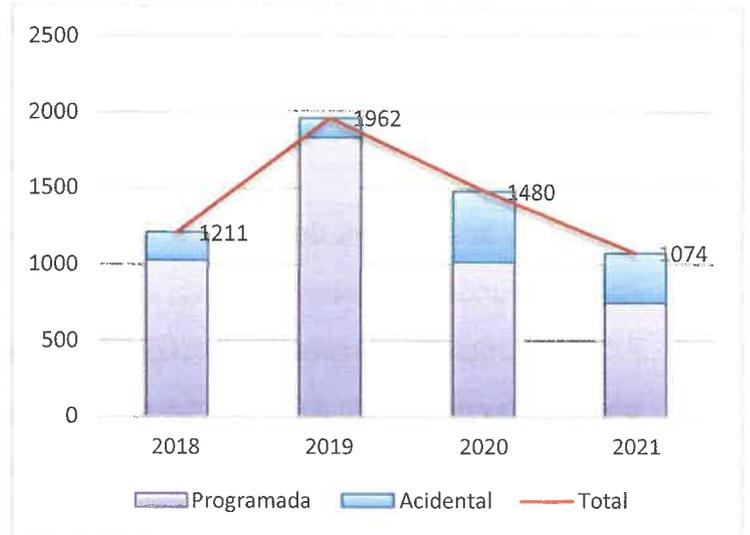


GRÁFICO 5: NÚMERO DE HORAS DE PARAGEM DA CVE

As sinergias e a partilha de infraestruturas continuará a ser uma orientação a seguir, contribuindo assim, para uma verdadeira economia circular.

A quantidade de resíduos incinerados durante o ano foi de **39.733,00** toneladas.

Comparativamente a 2020 registou-se um aumento dos níveis de resíduos incinerados, relacionado com a diminuição dos tempos de paragens para manutenção programada.



FIGURA 1: VISTA GERAL DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Foram realizadas duas paragens programadas, que corresponderam a **31** dias de manutenção programada. Salienta-se o aumento do número de horas de paragem acidental, relacionados essencialmente com o desgaste normal da caldeira, nomeadamente os sobreaquecedores.



PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Em termos de energia produziu-se cerca de **13 121,67 MWh** ano, menos cerca de 4% que em 2021 relacionado com as avarias do sobreaquecedores. Destaca-se ainda a exportação de energia térmica (vapor) para o CPSA.

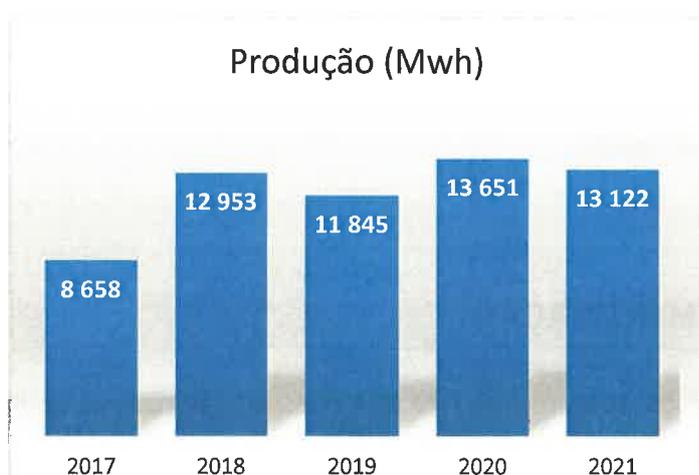


GRÁFICO 6: PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA INJETADA NA REDE PARA CONSUMO.

A eletricidade exportada em 2020 pela CVE correspondeu a cerca de 7 % do total de energia produzida na ilha Terceira e ao consumo energia equivalente de cerca de **12.600 habitantes** (consumo doméstico)

SUBPRODUTOS OBTIDOS DA INCINERAÇÃO

Do processo de combustão de resíduos resultam ainda escórias e metais ferrosos, que são separadamente recuperados, sendo estes materiais ferrosos encaminhados para posterior reciclagem. Relativamente às escórias, os seus componentes potenciam uma utilização como material granular substituindo os solos ou os agregados naturais obtidos na indústria extrativa, mas também é um subproduto que tem potencial relevante, em obras de construção e estradas. As cinzas produzidas na Central foram tratadas na unidade de inertização e, posteriormente foram transportadas para o aterro.



FIGURA 2: ESCÓRIAS INERTES (EM CIMA) E ESCÓRIAS FERROSAS (EM BAIXO)

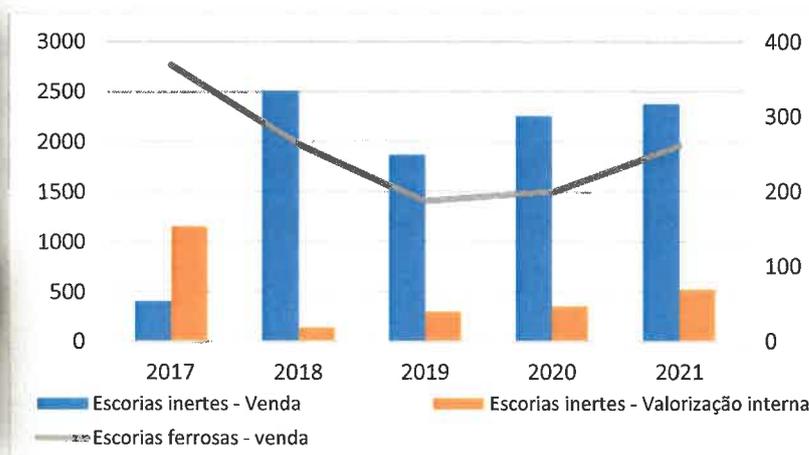


GRÁFICO 7: VALORIZAÇÃO DE ESCÓRIAS INERTES E FERROSAS

No gráfico 5 está representada a evolução da valorização destes subprodutos. Relativamente às escórias ferrosas, em 2017, foi valorizado muito stock do ano de 2016 daí a grande quantidade representada, em 2019 houve dificuldade em escoar principalmente o ferro não embalagem, mas em 2020 e 2021, com a escassez do ferro que se assistiu, voltou-se a regularizar o escoamento do material para a indústria recicladora. Em 2021, como não foi efetuada mineração de resíduo, o crivo esteve maior número de horas afeto à estação de crivagem de escórias o que permitiu um grande aumento de produção deste material e consequente venda.

CONFINAMENTO TÉCNICO E MINERAÇÃO

Em complemento à hierarquia dos resíduos, sempre que não seja possível valorizar os resíduos de outra forma, o confinamento técnico constitui a última opção de tratamento. No período em apreço a TERAMB encaminhou para confinamento técnico os resíduos de esgotos, cinzas e resíduos industriais banais não combustíveis e não passíveis de valorização.

No ano em apreço, foram depositados em aterro de resíduos banais (operação D1) **195 toneladas**. Não foi realizada a operação de mineração por em 2020 e 2021 ter sido rececionados mais resíduos provenientes dos centros de processamento e do IAMA, havendo por isso quantidades de resíduos para valorizar superiores às necessidades, pelo que foi opção privilegiar o tratamento desses resíduos.

A COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Mesmo em tempos difíceis, a TERAMB prossegue com motivação e responsabilidade a Sensibilização Ambiental. Apesar de em formato mais restrito, apoiou as ações de sensibilização dos dois Municípios com as visitas às instalações da CTVRIT, participou na reportagem da empresa VITEC, com o principal objetivo de esclarecer que os resíduos recolhidos seletivamente são encaminhados para o centro de triagem e posteriormente enviados para a indústria recicladora. A este trabalho juntou-se a empresa Resiaçores, na qualidade de proprietária do centro e triagem.



Por altura da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos e fruto de uma parceria com a ERSARA – Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores, promoveu o I Fórum de Resíduos Terceira+Ambiente: Novos Recursos e Oportunidades, evento que aconteceu no Auditório do Ramo Grande e com transmissão em direto via canal Youtube e MEO da VITEC e ficando as gravações disponíveis para visualização nesses canais.

O evento foi de participação gratuita, e trouxe à Praia da Vitória cerca de 15 especialistas, cerca de 70 participantes de forma presencial e milhares de visualizações nas plataformas online. Foi, assim, o objetivo principal de fomentar a discussão de temas relevantes para a área de Resíduos como os Biorresíduos, a Economia Circular, entre outros, assim como o aprimoramento científico dos participantes largamente atingido.



FIGURA 3: CARTAZ DE APRESENTAÇÃO DO I FÓRUM DE RESÍDUOS TERCEIRA+AMBIENTE: NOVOS RECURSOS E OPORTUNIDADES

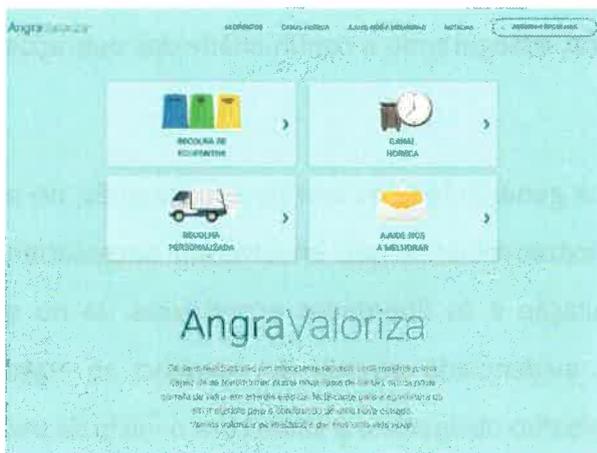


FIGURA 4: WWW.ANGRAVALORIZA.PT

Mantem-se a parceria com a Recolte na promoção da iniciativa AngraValoriza.pt, uma plataforma online que permite aos municípios de Angra do Heroísmo conhecerem os horários de recolha e procederem ao agendamento da recolha porta a porta, resultando numa maior comodidade e celeridade no processo de recolha de resíduos recicláveis.

Esta plataforma tem-se mostrado de extrema utilidade para assegurar o conforto e segurança de municípios e produtores, que recorreram a este serviço de recolha personalizado. Graças à preocupação, empenho e sensibilização de toda a população, os níveis de reciclagem aumentaram significativamente, sendo ambição da TERAMB que esta dinâmica possa continuar a crescer, graças ao impacto satisfatório dos resultados obtidos.

INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

No âmbito dos projetos de I&D, está a decorrer desde 2019, em parceria com a Universidade dos Açores e Fundação Gaspar Frutuoso, projeto INTERREG, Mac 2014-2020, VERCOCHAR - "*Vermicompost, compost y biochar, herramientas para la adaptación al cambio climático, la prevención y mitigación de los efectos derivados de los riesgos naturales en el medio agrícola y forestal*" onde se pretende analisar a incorporação no solo de resíduos orgânicos compostados (composto e vermicompostagem).

Em 2021 foi estabelecida uma parceria com a universidade de Coimbra para o desenvolvimento do estudo Sustainable geotechnical applications for municipal solid waste Incineration Bottom Ash: a circular economy approach in islands para o estudo da aplicabilidade das escórias inertes produzidas na CVE em construção civil, nomeadamente como sub-base de estradas e regularização de caminhos agrícolas.

O EFEITO DA PANDEMIA

Desde o início deste período de exceção, a prioridade da TERAMB foi defender a saúde e bem-estar de todos os colaboradores e da comunidade em geral, assegurando a continuidade das operações, dada a natureza essencial da sua atividade.

A situação epidemiológica verificada na RAA e na generalidade do território português, no primeiro trimestre do ano exigiu ainda várias medidas extraordinárias que envolveram necessariamente a restrição no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas. Já no segundo trimestre apresentou significativas melhorias., evidenciado através do regresso ao trabalho na generalidade das profissões, com o fim do teletrabalho obrigatório e ainda com o início da vacinação. A Teramb reforçou o pedido de inclusão dos trabalhadores no grupo prioritário de vacinação tendo terminado o ano com a generalidade dos colaboradores com o esquema de vacinação completo e alguns casos já com a dose de reforço.

A nível operacional não se registaram alterações significativas, uma vez que se mantiveram as medidas já estabelecidas no plano de contingência ativado em 2020 e que foi sendo adaptado em função da situação pandémica e das perspetivas de evolução do número de casos positivos e suspeitos, o que

permitiu a continuidade das operações e que estas decorressem dentro de uma certa normalidade sem se registasse interrupções relevantes na prestação de serviços ou no fornecimento de energia.

A penas o primeiro trimestre foi ainda marcado pela continuação da laboração da CVE, em turnos rotativos, em espelho, atendendo ao número de casos na ilha Terceira, e nível de risco associado, existente nessa altura, tendo-se regularizado a atividade no segundo trimestre.

As atividades operacionais e de investimento estão dependentes de cadeias de fornecimento locais e globais, pelo que os efeitos negativos da pandemia na atividade da empresa foram minorados com uma gestão ativa dos fornecedores e dos fornecimentos críticos, que permitiram mitigar significativamente os impactos desta crise. Por outro lado, existindo a possibilidade de transmissão entre os trabalhadores e os prestadores de serviço, alguns oriundos de zonas ativas, foram criadas algumas medidas de prevenção, tais como a exigência de realização deteste com resultado negativo para a COVID 19, para entrada nas instalações e foram criadas zonas específicas de trabalho, corredores de circulação e instalações sanitárias exclusivas para estes.

O INVESTIMENTO

O Projeto de INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL, referente ao loteamento de 14 lotes industriais, está praticamente concluído, estando em falta a execução da empreitada do muro de vedação que não tinha sido inicialmente previsto, tendo-se efetuado um pedido de reprogramação financeira, física e temporal junto da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais. Encontra-se também já submetido o pedido de licenciamento da infraestrutura junto do Município de Angra do Heroísmo.



FIGURA 5: VISTA GERAL DO TERRENO ALVO DE LOTEAMENTO

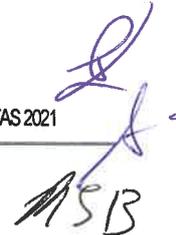
Recorde-se que este projeto visa a instalação de um novo centro de acolhimento empresarial, com a construção de 14 novos lotes, implantados 67.058 m², representou com um investimento de cerca de 922.994,00€ e prevê

condições únicas e inovadoras para as empresas a acolher, nomeadamente a possibilidade de fornecimento de energia térmica a partir da Central de Valorização Energética.

O projeto *VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – MINERAÇÃO*, submetido ao Programa Operacional Açores 2020, eixo 6, sub-eixo 6.1- investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União Europeia em matéria de ambiente, foi aprovado no primeiro trimestre de 2021, no valor elegível de **1.478.875,12€**.

Com este projeto, a TERAMB propõe-se a implementar um investimento inovador na valorização de resíduos específicos, contribuindo para eliminar um passivo ambiental. Este é um projeto que está a ser implementado há algum tempo, em fase experimental, pretendendo-se agora desenvolver à escala industrial. A recuperação de materiais depositados em aterro sanitário permite otimizar a reutilização de recursos naturais, pela oportunidade que se cria, não só pela valorização de espaços onde se encontram esses aterros, mas pela diminuição dos impactes ambientais constituindo uma atividade inovadora no âmbito da Economia Circular. Esta é uma lacuna estrutural que a operação perspetiva colmatar, proporcionando condições para o aumento das metas de reciclagem por via da recuperação de metais. Ressalve-se que o projeto prevê a reconversão de bolsas para espaços para plantio de espécies arbóreas, destinado atualmente a aterro (e, portanto, sem qualquer capacidade de criação de valor), que favorecerá a eliminação de um passivo ambiental muito relevante e permitirá uma valorização de resíduos na ótica de hierarquias de tratamento.

No seguimento da obrigação resultante da renovação da licença ambiental, foi adquirido e instalado o PÓRTICO DE DETEÇÃO DE RADIOATIVIDADE, no valor de 36.500,00€. Com este sistema, pretende-se um sistema de monitorização radiológica automática e em contínuo para deteção de fontes radioativas seladas em todas as cargas recebidas na instalação. Contudo, no seguimento da emissão de parecer por parte da autoridade ambiental, mostra-se necessário uma alteração do software que permita a distinção entre a radiação de origem médica e a radiação de origem não médica. A empresa fornecedora encontra-se já com o software em desenvolvimento, prevendo-se a sua aquisição e instalação até ao final de 2021.



RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos tem uma grande relevância dentro da empresa pela ponte que faz entre as necessidades individuais e as organizacionais.

No final de 2021 eram 41 colaboradores distribuídos por 2 departamentos cuja média de idade se situa nos 39 anos. Destes cerca de 17,50 % têm qualificação superior, sendo 87,50 % homens e 12,50 % mulheres. Esta disparidade, em grande medida, é resultante na natureza tradicionalmente masculina deste tipo de serviço.

Na sequência de negociação com o sindicato, SINTAP, e da execução do **Acordo de Empresa (AE)**, foi aprovado o Regulamento de atribuição do subsídio de insalubridade, penosidade e risco pelo conselho de administração e pelo sindicato, entrando em vigor a sua aplicação a 1 de janeiro de 2022.

Deu-se cumprimentos ao **Plano de Formação para o período 2019-2021** com base no diagnóstico realizado em 2018, das necessidades de formação assente em 4 fases: análise organizacional, análise individual, análise funcional e análise técnica. A TERAMB tem apostado na formação continua e desenvolvimento das competências profissionais, promovendo também iniciativas internas que promovam a comunicação. A formação incluiu ações na área da segurança, higiene no trabalho e, no âmbito de uma prestação de serviço, formação para operadores, chefes de turno, manutenção e engenharia, de 71,5 horas anuais, referente ao sistema de supervisão e controlo da CVE.

TABELA 3: NÚMERO DE COLABORADORES POR CATEGORIA

CARGO/CARREIRA/CATEGORIA	DCVE	DVMAL	TOTAL
<i>DIRETOR-TÉCNICO</i>	1	1	2
<i>TÉCNICO SUPERIOR</i>	1	2	3
<i>ASSISTENTES DE GESTÃO</i>	6	1	7
<i>TÉCNICO ADMINISTRATIVO</i>	-	2	1
<i>TÉCNICOS ALTAMENTE QUALIFICADOS</i>	9	-	9
<i>ASSISTENTES OPERACIONAIS</i>	6	12	18
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	23	18	41

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2021, o volume de negócios foi de **3.102.990,63 €** sensivelmente o mesmo valor que 2021 (- 0,5%), sendo que **39,85 %** refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **60,15 %** a prestações de serviço. A estes valores acresce **1.296.334,98 €** proveniente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT.

TABELA 4: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

RUBRICAS (€)	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Eletricidade*</i>	672 963,57	1 153 562,27	1 099 083,57	1 239 392,99	1 224 726,52
<i>Escórias inertes</i>	408,52	3 002,62	6 392,82	7 895,13	5 190,00
<i>Composto</i>	372,40	2 043,41	13,30	1 633,60	1 965,20
<i>Sucata/Escórias ferrosas</i>	35 954,66	10 337,32	1 597,70	14 084,85	29 739,94
<i>Acertos venda eletricidade (anos anteriores)**</i>	-	-	90 000,00	-	-
<i>Total de Vendas</i>	524 881,91	1 127 031,00	1 247 447,79	1 265 839,06	1 236 694,51
<i>Contrapartidas- SMAUT</i>	43 212,98	5 394 402,00	210 070,18	251 836,52	281 521,68
<i>Prestação de Serviços</i>	1 209 362,26	1 463 707,28	1 781 022,57	1 851 488,93	1 866 296,12
<i>Total Volume de Vendas +Serviços</i>	1 734 244,17	2 620 977,59	3 028 470,36	3 117 327,99	3 102 990,63

*liquido (inclui deslastragens) **Acertos referentes as custos reconhecidos pela ERSE

As despesas correntes com um valor de **2 788 659,21€** representam uma execução orçamental de **105 %**. Os gastos com fornecimento e serviços externos em conjunto com os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas tiveram uma execução orçamental **103%** enquanto os gastos com pessoal também rondaram os **103%**. A execução orçamental acima do previsto é justificada pela distorção nos preços de mercado, para alguns bens, como seja os relacionados com a proteção individual (EPs), reagentes e combustível e como consequência da crise pandémica e da crise energética que se vive. Acrescem ainda os custos nos gastos de pessoal, com a aplicação de turnos de 12 horas em espelho e a necessidade de se proceder ao pagamento de horas extraordinárias nos trimestres anteriores, bem como à rescisão do contrato de trabalho de dois técnicos superiores, um vinculado ao quadro desta empresa e um por contrato de cedência por interesse publico que obrigou

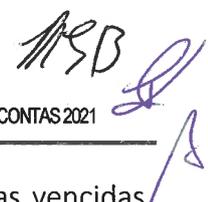
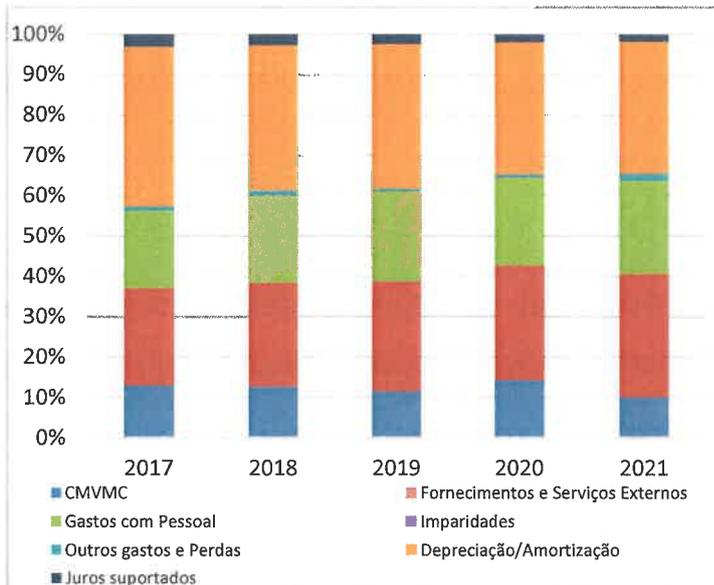



GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

ao pagamento de direitos a férias vencidas. Analisando do ponto de vista de peso no orçamento da despesa, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizou **10%**, os gastos com fornecimento e serviços externos tem um peso de **31%** no orçamento da empresa enquanto os gastos com o pessoal representaram **23%** do orçamento executado.

De uma forma global todos os valores estão dentro do esperado, mantendo-se o esforço de controlo e redução da despesa.

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, no valor de **1 434 472,08€**, representando **33%** do orçamento executado, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a **79 336,22€**, com execução de **2%**, concluindo-se que estas rubricas apresentam execução dentro do orçamentado.

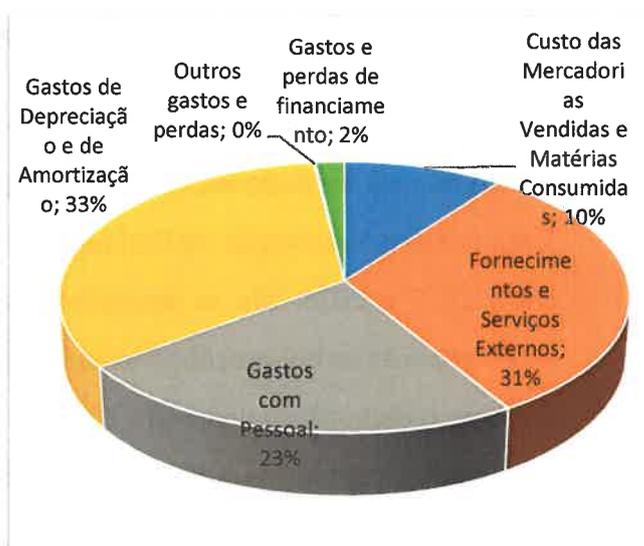


GRÁFICO 9: ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CUSTOS 2021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR FUNÇÕES/OPERAÇÃO

A leitura da demonstração de resultados por funções terá de ter em consideração que se imputou a atividade de valorização de SPOA, o custo de tratamento na CVE e o benefício indireto resultante da produção de eletricidade em função do rendimento real da CVE (400 kwh/ton de produção). Em 2021 não se realizou atividade de mineração, pelo que nas tabelas seguintes não é apresentada essa operação.

À semelhança dos anos anteriores, os resultados operacionais revelam que a valorização energética é uma operação positiva, mas que as atividades de pré-tratamento dos SPOA apresentam resultados negativos.

INDICADORES

Os rácios constituem uma das diversas técnicas base da análise financeira de uma empresa, pois contemplam uma grande quantidade de informação financeira. Além disso, permitem a comparação do desempenho económico-financeiro da empresa.

Os indicadores financeiros evidenciam algum equilíbrio financeiro de liquidez, no entanto, pode-se concluir que os níveis de tesouraria revelam importantes vulnerabilidades o que demonstra fragilidade para situações de curto prazo.

Essa vulnerabilidade resulta das orientações dos sócios que pretendem garantir um tarifário adequado à situação económica e social da Ilha Terceira, mantendo apenas a cobertura da despesa corrente, o que não permite a recuperação dos gastos económicos e financeiros relativo ao envelhecimento das infraestruturas.

De acordo com o estudo inicial realizado aquando da implementação das infraestruturas da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, as estimativas dos valores anuais das tarifas entre 2015 e 2026, são as estabelecidas na tabela 1, ao qual por via dos contratos programas acresceriam as compensações financeiras, por parte dos sócios, cujo valor estimado em cada ano teria por base o reequilíbrio financeiro e a cobertura do défice de exploração da TERAMB, EEM (tabela 2), permitindo, desta forma, garantir a sustentabilidade financeira do investimento.

Tabela 1. Taxa média ponderada total de receção de resíduos, em euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa Média	23,39	30,46	30,56	30,86	30,97	29,73	29,85	29,99	30,13	30,28	30,45	15,28

Tabela 2. Valores das compensações financeiras, em euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa Média	0	190.414	194.461	206.470	211.027	160.956	166.083	171.524	177.296	183.419	189.914	0

Na tabela abaixo compara-se a evolução do tarifário dos diversos operadores de gestão. Como pode ser verificado das tabelas mencionadas, o atual tarifário, está abaixo do esperado, não permitindo a

recuperação dos gastos, nem por via do contrato programa não sendo recebidas compensações. Por outro lado, comparando com o panorama nacional, o atual tarifário, apenas é equiparado a empresas que apenas gerem aterros sanitários e recolha seletiva.

TARIFAS €/ ton	2017	2018	2019	2020	2021	Infraestruturas
Ambilital	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	Aterro/TMB/CDR/ Biogás
Ambisousa	16,25	16,48	22,36	22,63	22,56	Aterro Sanitário para RU /Triagem/Biogás
Ecolezíria	44,00	44,00	44,00	53,45	53,45	TMB/Biogás
Gesamb	35,10	40,00	42,00	42,50	43,00	TMB/Biogás
Lipor	56,54	57,39	58,25	58,95	59,42	TMB/CVE/Aterros
Musami	32,60	32,22	33,59	34,26	35,90	Aterros/TMB
Resialentejo	58,12	58,12	58,12	58,12	58,12	Aterros/TMB
Resíduos do Nordeste	36,70	37,23	44,19	44,40	46,09	Aterros/TMB
RSTJ - Resitejo	40,00	40,00	44,48	43,07	51,95	Aterros/TMB
Teramb	25,00	25,00	25,50	25,50	26,00	CVO/CVE/Aterros/ Mineração
Tratolixo	54,78	45,98	47,32	46,77	45,76	CAD/TM/Aterro

Os rácios de endividamento (autonomia financeira e solvabilidade) demonstram a forte dependência em financiamento de investimento através de capitais alheios, seja por empréstimo seja por subsídios ao investimento provenientes de fundos comunitários. O valor do rácio de solvabilidade, pela mesma razão, reflete falta de capacidade da TERAMB em satisfazer todos os seus compromissos através de meios próprios.

O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresenta-se positivo, em consequência do resultado obtido.

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Liquidez Geral</i>	1.68	2.16	2.25	1,74	1,98
<i>Liquidez Reduzida</i>	1.38	1.46	1.60	1,13	1,09
<i>Liquidez Imediata</i>	0.53	0.28	0.12	0,04	0,30
<i>Solvabilidade</i>	3.55	3.69	3.69	3,63	3,97
<i>Autonomia Financeira</i>	78.03	78.67	78.69	78,41	79,87
<i>Rentabilidade Capitais Próprios</i>	-1.75	0.00	0.012	0,01	0,00
<i>Prazo Médio Recebimentos</i>			103	69	90
<i>Prazo Médio Pagamentos</i>			259	228	361
<i>Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores (PMP)</i>			25	21	32

BALANÇO E RESULTADOS

O Total do ativo ascendeu a **33.788.377,19 €**, enquanto o passivo totaliza **6.802.221,08 €**. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de **26.986.156,11€**, sendo **1.950.000,00€** correspondente ao capital subscrito, **62.430,06 €** a reservas legais, **381.203,18 €** a outras reservas, **289.765,11 €** relativos a resultados transitados, **24.258.182,54 €** de outras variações do capital próprio. Estes valores foram acrescidos em **44.575,22€** provenientes do resultado líquido do período.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, pelo prazo de cento e vinte e cinco meses, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013 e que permitiu a construção das infraestruturas da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa, destina-se a fazer face a necessidades de tesouraria e ao financiamento do montante não elegível do projeto de investimento VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – MINERAÇÃO, bem como a os 15% a cargo da Teramb. A 31 de dezembro já tinha sido disponibilizado 1.850.000,00€.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DO BALANÇO AO LONGOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

BALANÇO (€)	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Ativo não corrente</i>	35.524.601,54	34.169.718,78	33.413.386,31	32.457.638,20	31.408.582,64
<i>Total ativo</i>	37.139.732,17	36.133.957,76	36.017.502,82	34.988.312,70	33.788.377,19
<i>Inventário final</i>	291.952,96	635.321,17	750.170,23	883.792,23	1.075.641,00
<i>Capital Próprios</i>	28.972.052,31	28.424.980,48	28.351.666,12	27.433.559,66	26.986.156,11

No período em referência a empresa faturou **3.102.990,63€** (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos **45.935,27€**. Este resultado está acima do previsto no orçamento porque se mantém a extraordinária contenção da despesa em fornecimentos e serviços externos e no Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação:

- a) Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados.
- b) Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral, conforme consta da proposta de alteração dos estatutos;
- c) O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade. Neste caso e conforme consta da alínea b) do Artigo 25º dos Estatutos da Empresa para reserva para investimentos;

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de €1.950.000,00, 20%, corresponde a€390.000,00, sendo que à data de 31 de dezembro de 2021, a reserva legal é de €62.430,06, inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC.



Nos Estatutos, e na proposta, não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após constituição ou reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, quando aplicável. Com referência a 31 de dezembro de **2021**, verifica-se que a reserva legal ainda não se encontra integralmente constituída e os **resultados transitados são positivos**.

No exercício findo em 31 de dezembro de **2021** apurou-se um resultado líquido do exercício, no montante global de **44.575,22€**.

A proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

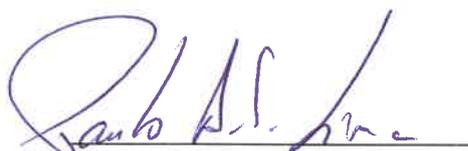
- **Reservas legais: 2.228,76€**
- **Reservas de investimento: 42.346,46 €**

Angra do Heroísmo, 29 de março de 2022

O Conselho de Administração



Ricky Joe Baptista



Paulo Alexandre Silva Lima



Sónia Alexandra Valadão da Silva

MSB
E
A

Anexo I
Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2021

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	21	3.102.990,63	3.117.327,99
Subsídios à exploração	23	10.475,52	29.093,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-437.751,48	-617.210,14
Fornecimentos e serviços externos	5/31	-1.343.018,59	-1.244.746,53
Gastos com o pessoal	29	-1.007.889,14	-953.435,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-43,83	-1.218,07
Aumentos / reduções de justo valor	28	271,41	330,18
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1.296.334,98	1.397.725,47
Outros gastos	5/31	-61.625,93	-39.013,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.559.743,57	1.688.853,32
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.434.472,08	-1.429.090,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		125.271,49	259.763,11
Juros e gastos similares suportados	11	-79.336,22	-86.459,99
Resultado antes de impostos		45.935,27	173.303,12
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.360,05	-7.449,78
Resultado líquido do período	5	44.575,22	165.853,34

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

BALANÇO

31. Dezembro. 2021

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	31.142.936,41	32.183.966,06
Ativos intangíveis	7	248.020,03	259.451,26
Outros investimentos financeiros	28	17.626,20	13.932,77
Créditos a receber	28	-	288,11
		<u>31.408.582,64</u>	<u>32.457.638,20</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	19	1.075.641,00	883.792,23
Clientes	28	776.829,12	600.866,29
Estado e outros entes públicos	28	29.230,38	81.276,13
Outros créditos a receber	28	112.658,60	888.419,60
Diferimentos	28	21.267,74	19.604,98
Caixa e depósitos bancários	4	364.167,71	56.715,27
		<u>2.379.794,55</u>	<u>2.530.674,50</u>
Total do ativo		<u><u>33.788.377,19</u></u>	<u><u>34.988.312,70</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		62.430,06	43.811,97
Outras reservas		381.203,18	229.259,41
Resultados transitados		289.765,11	294.473,63
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	24.258.182,54	24.745.452,79
		<u>26.941.580,89</u>	<u>27.262.997,80</u>
Resultado líquido do período	5	44.575,22	165.853,34
Total do capital próprio		<u><u>26.986.156,11</u></u>	<u><u>27.428.851,14</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	1.701.069,48	1.419.325,28
Passivos por impostos diferidos	26	259,76	219,86
Outras dívidas a pagar	28	3.898.907,97	4.679.846,99
		<u>5.600.237,21</u>	<u>6.099.392,13</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5/28	711.219,60	464.861,78
Estado e outros entes públicos	28	24.745,80	25.588,42
Financiamentos obtidos	11/28	148.930,52	203.031,84
Outras dívidas a pagar	28	317.087,95	766.587,39
Total do passivo corrente		<u>1.201.983,87</u>	<u>1.460.069,43</u>
Total do passivo		<u><u>6.802.221,08</u></u>	<u><u>7.559.461,56</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>33.788.377,19</u></u>	<u><u>34.988.312,70</u></u>

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2021, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.3 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 4.708,52€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2020 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 45.287,78€ a título de remunerações e 9.438,75€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

Em 02.11.2021 foi nomeado um novo Conselho de Administração:

Presidente: Ricky Joe Baptista

Vogal: Paulo Alexandre Silva Lima

Vogal: Maria do Anjo Condesso Ekstrom

Em 19.11.2021 foi substituída a Vogal do Conselho de Administração Maria do Anjo Condesso Ekstrom, pela Vogal Sónia Alexandra Valadão da Silva.

Até à data da emissão das contas, não se verificaram outras alterações à composição do Conselho de Administração.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2021, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 31 de dezembro de 2021 a empresa tem registrado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 259.451,26€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2021 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante global de 881.644,30€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio

associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2021, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, dos quais se encontravam utilizados à data do termo do exercício de 2021, o montante de 1.850.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido.

Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2020 e 2021 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)

17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

18. AGRICULTURA (Não aplicável)

19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 8.165.185,84€, dos quais 1.295.481,16€, são rendimentos do exercício de 2021.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 784.544,90€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido em 2015 e em 2021, um reajustamento em sequência da variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita. A regularizações relativas a esta rubrica

ascendem em 2021 a 791.735,47€ (dos quais, 590.570,07€ resultam do ajustamento resultante da descida da taxa de IRC de 16,8% para 14,7%), sendo o saldo a regularizar em períodos no montante global de 4.089.276,92€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14,7% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2021). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 2021 encontram-se ainda registado como rendimento do exercício, o montante de 10.475,52€, relativos a subsídios atribuídos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, no âmbito de programas de emprego.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos

por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Em 2021 foi reconhecido um passivo por imposto diferido no valor de 39,90€, relativo à variação ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ nº 28 da Comissão de Normalização Contabilística.

Em 2021 a Empresa voltou a beneficiar do “CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II”, criado pela Lei nº 27A/2021 de 24 de julho, obtendo um benefício fiscal de 15.561,77€, correspondente a 20% do valor total de despesas elegíveis, as quais ascenderam a 77.808,86€. Em 2021, a empresa deduziu à coleta 1.503,40€, transitando para exercícios futuros o valor de 14.058,37€.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, conseqüentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14,7% para o montante global de matéria coletável.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de dezembro de 2021, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 17.626,20€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das

unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2021.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2021 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 1.343.018,59€ no final de 2021. O Quadro 31.1 dos “Quadros - ANEXO” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2021 ao valor global de 1.296.334,98€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 61.625,93€ no final do terceiro quarto de 2021. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DO DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua Silva Brinco, nº 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido faturados honorários relativos aos serviços prestados, no montante global de 5.713,50€ e colocados à disposição o montante de 4.582,50€.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 14 de março de 2022.

Quadros - ANEXO

31. Dezembro. 2021

(Montantes expressos em euros)

Quadro 4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes		
	2020	2021
Caixa	3.414,71	1.333,83
Depósitos à Ordem	53.300,56	362.833,88
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	56.715,27	364.167,71

Quadro 5 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		Comparativo	Diferencial	Comparativo
Rendimentos e Gastos		2020		Reexpresso
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-616.932,14	-278,00	-617.210,14
Fornecimentos e serviços externos		-1.241.680,13	-3.066,40	-1.244.746,53
Gastos com o pessoal		-953.341,40	-94,05	-953.435,45
Outros rendimentos e ganhos		1.395.913,57	1.811,90	1.397.725,47
Outros gastos		-35.931,59	-3.081,97	-39.013,56
Resultado líquido do período		170.561,86	-4.708,52	165.853,34
BALANÇO		Comparativo	Diferencial	Comparativo
		2020		Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		170.561,86	-4.708,52	165.853,34
Total do capital próprio		27.433.559,66	-4.708,52	27.428.851,14
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores		463.012,33	1.849,45	464.861,78
Estado e outros entes públicos		22.738,55	2.849,87	25.588,42
Outras dívidas a pagar		766.578,19	9,20	766.587,39
Total do passivo corrente		1.455.360,91	4.708,52	1.460.069,43
Total do passivo		7.554.753,04	4.708,52	7.559.461,56
Total do capital próprio e do passivo		34.988.312,70	0,00	34.988.312,70

Quadro 6 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante

Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	849.606,49			18.039,85		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	10.461,43			0,00		
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	0,00			0,00		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	241.571,12			84.547,01		

Saldos Pendentes a 31.12.2021

Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	111.455,33	14.694,35
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	47.639,12	0,00
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	0,00	0,00
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	80.669,89	30.317,28

Quadro 7 | ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2021
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28
	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2020	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2021
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	83.829,02	11.431,23	0,00	0,00	95.260,25
	83.829,02	11.431,23	0,00	0,00	95.260,25

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2020	Saldo em 31. Dezembro. 2021
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	259.451,26	248.020,03
	259.451,26	248.020,03

Quadro 8 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	37.019.165,15	27.228,24	0,00	0,00	37.046.393,39
Equipamento básico	1.477.464,84	0,00	29.865,39	0,00	1.447.599,45
Equipamento de transporte	186.804,12	0,00	0,00	0,00	186.804,12
Equipamento administrativo	14.181,46	1.857,00	1.124,00	0,00	14.914,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	44.194,86	39.408,86	35,55	0,00	83.568,17
Activos fixos tangíveis em curso	568.127,20	330.508,04	0,00	16.990,94	881.644,30
	39.309.937,63	399.002,14	31.024,94	16.990,94	39.660.923,89

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2020	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6.103.362,48	1.226.040,77	0,00	0,00	7.329.403,25
Equipamento básico	876.984,16	171.005,00	29.865,39	0,00	1.018.123,77
Equipamento de transporte	110.038,99	15.613,25	0,00	0,00	125.652,24
Equipamento administrativo	12.066,84	1.338,16	1.124,00	0,00	12.281,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	23.519,10	9.043,67	35,55	0,00	32.527,22
	7.125.971,57	1.423.040,85	31.024,94	0,00	8.517.987,48

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2020	Saldo em 2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	30.915.802,67	29.716.990,14
Equipamento básico	600.480,68	429.475,68
Equipamento de transporte	76.765,13	61.151,88
Equipamento administrativo	2.114,62	2.633,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	20.675,76	51.040,95
Activos fixos tangíveis em curso	568.127,20	881.644,30
	32.183.966,06	31.142.936,41

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor Contratual	2020				2021			
		Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
		Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	2.500.000,00	192.765,65	203.031,84	1.622.357,17	1.419.325,28	203.031,84	148.930,52	1.419.325,28	1.701.069,48
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>2.500.000,00</u>	<u>192.765,65</u>	<u>203.031,84</u>	<u>1.622.357,17</u>	<u>1.419.325,28</u>	<u>203.031,84</u>	<u>148.930,52</u>	<u>1.419.325,28</u>	<u>1.701.069,48</u>
	2020	2021							
Custos dos empréstimos obtidos	<u>86.459,99</u>	<u>79.336,22</u>							

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	2020	2021
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Reclamados judicialmente	1.347,52	1.347,52
Em mora:	1.462,95	1.462,95
Há mais de 6 meses e até 12 meses		
Há mais de 13 meses e até 18 meses		
Há mais de 19 meses e até 24 meses	175,33	
Há mais de 25 meses	1.287,62	1.462,95
Totais	2.810,47	2.810,47

		2020				2021			
		Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:									
Reclamados judicialmente	100%	436,63		910,89	1.347,52			1.347,52	
Em mora:		1.111,94	0,00	307,18	1.419,12	0,00	43,83	1.462,95	0,00
Há mais de 6 meses e até 12 meses	25%	0,00			0,00			0,00	
Há mais de 12 meses e até 18 meses	50%	0,00			0,00			0,00	
Há mais de 18 meses e até 24 meses	75%	0,00		131,50	131,50		-131,50	0,00	
Há mais de 24 meses	100%	1.111,94		175,68	1.287,62			175,33	1.462,95
Totais		1.548,57	0,00	1.218,07	2.766,64	0,00	43,83	2.810,47	0,00

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	2020		2021	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	750.170,23	0,00	883.792,23
Compras	0,00	732.620,28	0,00	708.871,34
Reclassificações/Regularizações	0,00	18.211,86	0,00	-79.271,09
Inventário Final	0,00	883.792,23	0,00	1.075.641,00
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	617.210,14	0,00	437.751,48

Quadro 21 RÉDITO

	2020	2021
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1.265.839,06	1.236.694,51
Prestação de serviços	1.851.488,93	1.866.296,12
Subsídios à Exploração	29.093,43	10.475,52
Rendimentos Suplementares	301,86	0,00
Subsídios ao Investimento	1.295.481,16	1.295.481,16
Juros	0,00	0,00
	<u>4.442.204,44</u>	<u>4.408.947,31</u>

Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2020					2021				
	Subsídios Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	4.569.393,45	1.121.945,04	5.691.338,49	28.000.704,81	33.692.043,30	5.691.338,49	1.121.945,04	6.813.283,53	26.878.759,77
Equipamento básico	1.295.512,44	694.849,02	158.936,12	853.785,14	441.727,30	1.295.512,44	853.785,14	158.936,12	1.012.721,26	282.791,18
Equipamento de transporte	146.000,00	59.616,67	14.600,00	74.216,67	71.783,33	146.000,00	74.216,67	14.600,00	88.816,67	57.183,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
	<u>35.383.920,12</u>	<u>5.574.223,52</u>	<u>1.295.481,16</u>	<u>6.869.704,68</u>	<u>28.514.215,44</u>	<u>35.383.920,12</u>	<u>6.869.704,68</u>	<u>1.295.481,16</u>	<u>8.165.185,84</u>	<u>27.218.734,28</u>

	2020			2021		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	4.983.325,13	217.640,84	4.765.684,29	4.765.684,29	791.735,47	3.973.948,82
			2020			2021
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos			29.298.760,34			28.003.279,18
Valor líquido subsídios relacionados com ativos			24.401.272,51			23.914.002,26
Valor subsídios à exploração			29.093,43			10.475,52

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2020	2021
Resultado contábilístico do período (antes de impostos)	374.035,55	178.011,64
Resultados fiscal do período	379.842,62	167.866,52
Reporte de rejuizos fiscais	265.889,83	117.506,56
Matéria coletável do período	113.952,79	50.359,96
Imposto corrente	19.144,07	8.460,47
Tributações autónomas	509,64	408,14
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	16,80%	16,80%

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	2020		2021			2020			2021	
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuizos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,34	0,00	219,86	39,90	259,76
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,34	0,00	219,86	39,90	259,76

Imposto sobre o Rendimento

	2020	2021
Imposto Corrente	7.326,26	1.320,15
Imposto Diferido	-123,52	-39,90
	-7.449,78	-1.360,05

Estado e Outros Entes Públicos

	2020	2021
Ativo:		
IRC - A Recuperar	10.829,30	6.716,85
IRC - PEC's a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	20.446,83	22.513,53
IVA - Reembolsos Pedidos	50.000,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	81.276,13	29.230,38
Passivo:		
IRC - A Pagar	0,00	0,00
IRS - Reteções na fonte a pagar	5.130,48	5.548,14
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	2.849,87	0,00
Contribuições para a Segurança Social	17.608,07	19.197,66
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	25.588,42	24.745,80

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 2020	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 2021
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	13.932,77	3.925,82	-503,80	271,41	17.626,20
	13.932,77	3.925,82	-503,80	271,41	17.626,20

Ativos Financeiros - Clientes

	2020	2021
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	600.822,46	776.829,12
Clientes de Cobrança Duvidosa:	2.810,47	2.810,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	-2.766,64	-2.810,47

	2020	2021
	Valor Nominal	Valor nominal
Valor Líquido de Clientes	600.866,29	776.829,12

Outros Ativos Financeiros

	2020	2021
Outras contas a Receber:	888.707,71	112.658,60
Fornecedores (saldos contrários)	4.113,56	23.490,08
Adiant. e outras operações com o pessoal	876,18	370,87
Devedores por acréscimos de rendimentos:	226.435,96	0,00
Faturação a emitir	226.435,96	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros devedores	657.282,01	88.797,65
Diferimentos de gastos:	19.604,98	21.267,74
Seguros	19.604,98	21.267,74

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2020	2021
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	1.419.325,28	1.701.069,48
	1.419.325,28	1.701.069,48
Correntes:		
Empréstimos Bancários	203.031,84	148.930,52
	203.031,84	148.930,52

Outros Passivos Financeiros

	2020	2021
Fornecedores:	464.861,78	711.219,60
Fornecedores C/C	464.861,78	711.219,60
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar:	5.446.434,38	4.215.995,92
Clientes (saldos contrários)	44,65	43,09
Pessoal	351,29	0,00
Fornecedores de Investimentos	439.946,86	14.638,79
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos:	107.927,97	111.402,19
Remunerações a pagar ao pessoal	99.769,35	98.488,04
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	8.158,62	12.914,15
Outros Credores	4.898.163,61	4.089.911,85

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2020		2021	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	43	84.320	44	88.352
Pessoas REMUNERADAS	43	84.320	44	88.352
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	43	84.320	43	88.352
Pessoas a TEMPO COMPLETO	43	84.320	43	88.352
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	43	84.320	44	88.352
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	43	84.320	44	88.352
Homens	37	72.320	38	76.137
Mulheres	6	12.000	6	12.215

Gastos com Pessoal

	2020	2021
Remunerações dos órgãos sociais	39.264,19	45.287,78
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	675.202,50	717.390,14
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	173.567,64	177.205,82
Contribuições para a Segurança Social	160.895,22	169.726,67
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	301,71	325,80
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	12.370,71	7.153,35
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	20.679,00	21.135,30
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	44.722,12	46.870,10
Formação	4.852,10	15.491,70
Higiene e segurança no trabalho	722,00	1.843,09
Fardamento	39.148,02	29.535,31
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	953.435,45	1.007.889,14

Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2020	2021
Subcontratos	131.142,91	66.250,80
Serviços Especializados	944.056,61	1.137.123,72
Trabalhos especializados	552.093,74	623.687,14
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	1.050,00	9.335,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	383.960,61	495.663,69
Serviços Bancários	7.099,81	8.437,89
Outros Serviços Especializados	26,85	0,00
Material	60.911,36	37.997,31
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.829,02	4.601,25
Livros e documentação técnica	35,60	0,00
Material de Escritório	1.644,93	1.124,93
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	53.236,61	32.271,13
Energia e Fluidos	48.988,63	47.938,46
Electricidade	1.687,52	1.611,46
Combustíveis	43.744,09	41.688,86
Água	2.353,43	1.605,84
Outros	1.203,59	3.032,30
Deslocações e estadas	1.395,73	668,20
Serviços diversos	58.251,29	53.040,10
Rendas e aluguers	4.382,20	4.188,47
Comunicações	30.360,75	19.496,91
Seguros	8.516,82	11.296,19
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	254,16	2.437,40
Despesas de representação	954,97	5.982,85
Limpeza, higiene e conforto	2.917,41	1.564,25
Outros serviços diversos	10.855,78	8.074,03
Total FSE	1.244.746,53	1.343.018,59

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	2020	2021
Rendimentos Suplementares	301,86	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	100.054,49	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	76,01	22,07
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	1.297.293,11	1.296.312,91
Juros Obtidos	0,00	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1.397.725,47	1.296.334,98

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2020	2021
Impostos	32.038,89	53.188,00
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	288,11
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	691,17	2.501,50
Outros	6.283,50	5.648,32
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	39.013,56	61.625,93

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

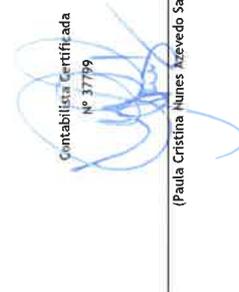
TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2021

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
6	1.950.000,00	-	-	-	43.811,37	229.259,41	294.473,63	-	-	24.745.452,79	165.853,34	27.428.851,14
<p>Alterações no período:</p> <ul style="list-style-type: none"> Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Ajustamentos por impostos diferidos Efeito de aquisição / alienação de participadas Outras alterações reconhecidas no capital próprio: Prestações acessórias de capital Transferência de Resultados Correcções relativas a exercícios anteriores Subsídios ao investimento Doações 												
7	-	-	-	-	18.618,09	151.943,77	(4.708,52)	-	-	(487.270,25)	(170.561,86)	(487.270,25)
8	-	-	-	-	18.618,09	151.943,77	(4.708,52)	-	-	(487.270,25)	44.575,22	44.575,22
9-7+8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.278,12)	(442.695,03)
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6+9+10	1.950.000,00	-	-	-	62.430,06	381.203,18	289.765,11	-	-	24.258.182,54	44.575,22	26.986.156,11

Contabilista Certificada
 Nº 377199

 Paula Cristina Nunes Azevedo Santos

O Conselho de Administração

 Ricky José Baptista

 Paulo Alexandre Silva Lima

 Sónia Alexandra Valadao da Silva

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2021

(Montantes expressos em euros)

	2021	2020	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	3.463.538,81	3.461.408,82	
Pagamentos a fornecedores	-2.141.046,63	-2.223.496,34	
Pagamentos ao pessoal	-610.898,20	-573.056,01	
Caixa gerada pelas operações	711.593,98	664.856,47	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-291.816,85	-291.095,35	
Outros recebimentos / pagamentos	-15.365,51	-7.257,49	
Fluxos das actividades operacionais [1]	404.411,62	366.503,63	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-808.184,77	-227.019,28	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	-3.596,73	-1.231,60	
Outros ativos	0,00	0,00	-228.250,88
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	0,00	28.796,13	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	525,87	1.383,81	
Outros ativos	0,00	0,00	
Subsídios ao investimento	569.096,25	30.464,00	
Juros e rendimentos similares	0,00	27,81	
Dividendos	0,00	0,00	60.671,75
Fluxos das actividades de investimento [2]	-242.159,38	-167.579,13	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	1.850.000,00	0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00	
Doações	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-1.625.463,58	-192.960,03	
Juros e gastos similares	-79.336,22	-86.469,01	
Dividendos	0,00	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	-279.429,04
Fluxos das actividades de financiamento [3]	145.200,20	-279.429,04	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	307.452,44	-80.504,54	
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	56.715,27	137.219,81	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	364.167,71	56.715,27	

Contabilista Certificada
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

Contribuinte: 509620515
Período findo em: 31. Dezembro. 2021

Pág. 1/1
Moeda: EUR

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2021	2020	%
Vendas e serviços prestados	3.102.990,63	3.117.327,99	-0,46
Subsídios à exploração	10.475,52	29.093,43	-63,99
Outros Rendimentos e Ganhos	1.296.334,98	1.397.725,47	-7,25
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2021	2020	%
CMVMC	437.751,48	617.210,14	-29,08
Fornecimentos e Serviços Externos	1.343.018,59	1.244.746,53	7,89
Gastos com Pessoal	1.007.889,14	953.435,45	5,71
Outros Gastos e Perdas	61.625,93	39.013,56	57,96
Gastos Depreciações/Amortizações	1.434.472,08	1.429.090,21	0,38
Juros e gastos similares suportados	79.336,22	86.459,99	-8,24

Estrutura de Resultados

Rubricas	2021	2020	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.559.743,57	1.688.853,32	-7,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	125.271,49	259.763,11	-51,77
Resultado antes de impostos	45.935,27	173.303,12	-73,49
Impostos sobre o rendimento do período	1.360,05	7.449,78	-81,74
Resultado líquido do período	44.575,22	165.853,34	-73,12

Margem de Comercialização

Rubricas	2021	2020	%
Vendas e serviços prestados	3.102.990,63	3.117.327,99	-0,46
CMVMC + FSE's	1.780.770,07	1.861.956,67	-4,36
Margem em Valor	1.322.220,56	1.255.371,32	5,33
Margem em %	42,61	40,27	5,81

Ponto crítico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2021	2020	%
Vendas e serviços prestados	3.102.990,63	3.117.327,99	-0,46
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2.503.987,15	2.421.539,22	3,40
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	5.876.363,52	6.013.146,76	-2,27
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Crítico)	-2.773.372,89	-2.895.818,77	4,23
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	80,70	77,68	3,88
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-89,38	-92,89	3,79

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2021	2020	%
Capitais Permanentes (1)	32.586.393,32	33.528.243,27	-2,81
Activo não corrente (2)	31.408.582,64	32.457.638,20	-3,23
Fundo de Maneio (3=1-2)	1.177.810,68	1.070.605,07	10,01
Necessidades de Exploração (4)	1.881.700,50	1.565.934,65	20,16
Recursos de Exploração (5)	735.965,40	490.450,20	50,06
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1.145.735,10	1.075.484,45	6,53
Necessidades Extra-Exploração (7)	133.926,34	908.024,58	-85,25
Recursos Extra-Exploração (8)	466.018,47	969.619,23	-51,94
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-332.092,13	-61.594,65	-439,16
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	813.642,97	1.013.889,80	-19,75
Tesouraria Global (11=3-10)	364.167,71	56.715,27	542,10

Indicadores

Rubricas	2021	2020	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	1,98	1,73	14,23
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,09	1,13	-3,81
Liquidez Imediata Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,30	0,04	679,97
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,97	3,63	9,34
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo líquido x 100	79,87	78,39	1,88
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	90	69	29,88
Prazo Médio Pagamentos (Fornecedores/Compras)x360 dias	361	228	58,12
PMP(RCM nº34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	32	21	47,44
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Líquido/Capital Próprio x 100	0,17	0,60	72,68





Anexo II

Relatório de execução do contrato programa

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA - Ano 2021

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<i>Valorização energética de resíduos</i>	I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.I) Disponibilidade =(horas possíveis - horas paragens programadas)/horas possíveis	Horas possíveis= 8760h Horas paragem programadas=774h Horas de funcionamento = 7686 h Disponibilidade =91,5%	Meta cumprida
<i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i>	I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da bascula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2.708,49 ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=100%	Meta cumprida
<i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i>	II) Preparar para a valorização orgânica 3600 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins	II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da bascula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2.708,49 ton Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 2.708,49 ton	Foi rececionado um valor inferior ao previsto. Todos os resíduos biodegradáveis entregues seletivamente foram encaminhados para valorização orgânica. Meta cumprida
<i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i>	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da bascula.	Quantidade SPOAS entregues= 8.654,39 ton Quantidade valorizada = 8.654,39 ton % valorizada = 100%	Meta cumprida
	Tratar, energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da bascula.	Total de resíduos entregues= 48.494,00 ton Total de resíduos encaminhados para a CVE= 42 120,00 ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 195 ton	A quantidade recebida foi superior à capacidade de processamento, e por essa razão não foi efetuada mineração (inclui os subprodutos de origem animal)



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'RSB'.

Anexo III
Parecer Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 33.788.377,19 euros e um total de capital próprio de 26.986.156,11 euros, incluindo um resultado líquido de 44.575,22 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2022


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e, o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 e da proposta nele incluída, assim como do Relatório do Governo Societário preparados pela Administração da Empresa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 14 de março de 2022


Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.

Representada por João Manuel Trigo de Morais (ROC 881)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
1913

Anexo IV
Ata Assembleia Geral

ATA n.º 67

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte dois, pelas doze horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). -----
Estiveram presentes em representação dos sócios: José Gabriel Álamo de Meneses, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros) -----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

1) Relatório de gestão e contas do exercício de 2021-----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e **deliberou-se por unanimidade** aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são: -----

- Total do Ativo: 33.788.377,19 €-----
- Total do Passivo: 6.802.221,08 €-----
- Capitais Próprios: 26.986.156,11€-----
- Resultado líquido do exercício, no montante global de 44.575,22€-----

2) Proposta de aplicação de resultados do exercício e distribuição de dividendos:-----

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação: -----

Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados.

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de €1.950.000,00, 20%, corresponde a €390.000,00, sendo que à data de 31 de dezembro de 2021, a reserva legal é de €62.430,06, portanto inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC. -----

Deste modo, deliberou-se por unanimidade, nos termos do artigo 25.º dos estatutos da empresa e conforme proposta do Conselho de Administração, aprovar a seguinte aplicação de resultados: -----

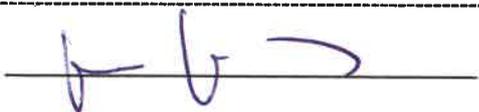
- Reservas legais: 2.228,76€ -----
- Reservas de investimento: 42.346,46 € -----

3) ISS – Reposição equilíbrio financeiro contrato n.º 2/2020 -----

Nos termos do exarado na Portaria n.º 605-B/2021, do pedido instruído pela ISS FACILITY SERVICES – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda, para reposição do equilíbrio financeiro do contrato referente à limpeza das instalações da TERAMB, E.M., ao abrigo do procedimento n.º: 2019/DVMAL11 e da deliberação do Conselho de Administração, datada de 10 de fevereiro de 2021, a aprovar a proposta de aumento do preço contratual em 25,94 € mensal, a aplicar retroativamente ao mês de janeiro de 2021, resultando assim num novo preço contratual de total de 58.034,76 € (cinquenta e oito mil trinta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), delibera-se por unanimidade autorizar a reposição do equilíbrio financeiro do contrato em 25,94 € mensal, que representa um acréscimo contratual para o total do contrato de 674,52 € -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente -----

José Gabriel Álamo de Meneses 

O Secretário -----

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira 